CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 03/2020

------ Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. ----------

---------- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

---------- APROVAÇÃO DE ATAS ----------

------ VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

------ Interveio para sugerir que seja colocado o microfone sempre que são prestados esclarecimentos por parte dos Chefes de Divisão nas reuniões de Câmara por forma a que esses esclarecimentos possam ser gravados e transcritos para as atas. ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

------ Interveio questionando o executivo se poderia ter acesso ao registo áudio de algumas atas, considerando que ter duvidas se foram transcritas na totalidade algumas das suas intervenções. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Respondeu as questões colocadas, referindo que as gravações são um instrumento de apoio à execução da ata, no entanto todos os Vereadores poderão recorrer ao registo áudio sempre que acharem necessário. ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 21/2019, referente à reunião ordinária de dezoito de novembro de dois mil e dezanove. ----------

------ Aprovada a ata nº 21/2019, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 22/2019, referente à reunião ordinária de vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove. ----------

------ Aprovada a ata nº 22/2019, por unanimidade dos presentes com direito a voto (seis presenças). ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 23/2019, referente à reunião ordinária de treze de dezembro de dois mil e dezanove. ----------

------ Aprovada a ata nº 23/2019, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 24/2019, referente à reunião ordinária de dezassete de dezembro de dois mil e dezanove. ----------

------ Aprovada a ata nº 24/2019, por unanimidade dos presentes com direito a voto (seis presenças). ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 01/2020, referente à reunião ordinária de dez de janeiro de dois mil e vinte. ----------

------ Aprovada a ata nº 01/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 02/2020, referente à reunião ordinária de vinte e quatro de janeiro de dois mil e vinte. ----------

------ Aprovada a ata nº 02/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). ----------

---------- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA ----------

------ A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: ----------

------ Operações Orçamentais: Três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e nove euros e noventa e nove cêntimos. ----------

------ Operações não Orçamentais: Cento e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e sete euros e trinta e seis cêntimos. ----------

---------- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO ----------

------ MARCHA LENTA NO IC2 - BENEDITA/ASSEICEIRA; ----------

------ DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2019; ----------

------ DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31-12-2019. PARA CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C), DO N.º 2 DA LEI 8/2012, DE 21/02, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI 22/2015, DE 17/03 DEVERÁ A RESPETIVA DECLARAÇÃO SER ENVIADA À CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO; ----------

------ CAMPEONATO NACIONAL DE INVERNO - NATAÇÃO ADAPTADA – AGRADECIMENTO; ----

------ DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2019. DEVERÁ SER ENVIADO À CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO, CONFORME

ALÍNEA C), DO N.2 DO ART. 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21/12 ALTERADO PELA LEI N.º 22/2015 DE 17/03; ----------

------ VALORSUL – TARIFA 2020. ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e fez uma breve intervenção sobre os mesmos. ----------

---------- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES ----------

----- Renovou cumprimentos a todos os presentes. ----------

----- Iniciou a intervenção para informar sobre a abertura de candidaturas para o Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID), referindo que este programa visa promover a modernização e a reabilitação do Parque Desportivo dos Clubes e Associações, opinando que poderia ser interessante para Rio Maior concorrer a este programa no âmbito da reabilitação de instalações desportivas. ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Renovou cumprimentos a todos os presentes. ----------

------ Iniciou a sua intervenção referindo que era solidário com a “Marcha Lenta no IC2”, solicitando ao Executivo que também fosse solidário com esta causa, e que possa exercer pressão negocial junto da Instituição Infraestruturas de Portugal, para que esta obra seja realizada rapidamente, considerando que prejudica gravemente a circulação rodoviária, a qualidade de vida e a segurança das pessoas, bens e mercadorias, opinando ser um assunto de interesse público. ----------

------ Continuou a intervenção referindo-se à sessão anual do Rotary Club de Rio Maior de distinção de profissionais do ano e prémio de carreira. Referiu que tinha estado presente e assistiu à homenagem de duas forças importantes para Rio Maior, nomeadamente, o Desporto e a industria alimentar, acrescentando que são estas duas áreas que produzem mais riqueza para Rio Maior e que são fonte de empregabilidade.

------ Endereçou também felicitações a João Narciso Verde da Costa e a toda a família, pelo reconhecimento da sua careira dedicada ao desporto. ----------

------ Ainda no uso da palavra falou da Engenheira Elsa Matias, Diretora Geral da Empresa Pampor, empresa esta que é a maior empregadora do município de Rio Maior, acrescentando que, pelos números apresentados pela mesma, Rio Maior é a capital do mundo do “Pastel de Nata”. Disse ainda que que Rio Maior deveria desenvolver uma estratégia de valorização, em conjunto com as Industrias alimentares do setor da panificação e pastelaria, como a Pampor, Costa & Ferreira e outras, sobre o “Pão de Rio Maior” que além da notoriedade do prestigio e da visibilidade que tem a marca “Pão de Rio Maior” é também uma área economia de criação de riqueza. ----------

------ VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

------ Iniciou a sua intervenção parabenizando o Laboratório do Conhecimento pela excelente atividade que iniciou este ano, denominada "Rio Maior de Lés a Lés", desejando que esta seja a primeira de muitas atividades, que dão a conhecer o Concelho e Rio Maior aos jovens riomaiorenses que não conhecem a cidade onde vivem. ----------

------ Continuou questionando o Executivo sobre quais as medidas que estão a ser implementadas para assegura a qualidade da água do "rio Maior", bem como se já tinham sido adquiridos e escrituradas todos os terrenos necessários para a requalificação da Zona Ribeirinha. ----------

------ Ainda no uso da palavra questionou também como tinha sido resolvida a questão da sanção contratual aplicada às Empresas que estão a realizar obras nas duas creches e se os trabalhos já tinham sido retomados. ----------

------ Terminou a intervenção questionando se já tinha sido colocado o equipamento na nova sala da Unidade de Alto Rendimento (UAR), uma vez que o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), já avançou com a colocação do equipamento informático. ----------

------ VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

------ Fez a seguinte intervenção que se transcreve na integra: ----------

------ "A minha intervenção prende-se efetivamente com as mudanças Político-partidárias a que temos assistido ultimamente no nosso País, e, de facto, o meu partido, o CDS, nós tivemos um resultado muito aquém do esperado nas ultimas legislativas. Considero eu, que é um resultado que não espelhava a oposição de qualidade com que o partido se afirmou nos últimos anos, sendo um dos partidos que melhor representou a oposição firme e o Centro de Direita, em Portugal. ----------

------ Ainda assim, de pouco valem as minhas considerações, quando o Povo se expressou democraticamente e exige mudança e renovação, e o CDS, um Partido com quase meio século de história, um dos Partidos fundadores da Democracia, teve a capacidade de se renovar, e, no passado mês de janeiro, iniciou uma nova fase no Partido, contra aquilo que era esperado, contra o sistema instalado, contra os lóbis e contra tudo o que era garantido, foi eleito um jovem Presidente do CDS, Francisco Rodrigues dos Santos, ao Francisco "meu Presidente", uma palavra de parabéns.-------

------ Considero que o Francisco é um jovem talentoso, moderado, capaz de unir o Partido, criar consensos e pontes que voltem a recolocar o CDS no "seu" lugar. O Francisco, tem em si, na minha opinião, mais uma vez, uma grande "ameaça" e ao

mesmo tempo uma grande qualidade, ser jovem e ameaça para todos aqueles que a chegada dos jovens à Politica faz tremer, porque começam a ver os seus lugares a ficarem em causa.----------

------ Ameaça porque vivemos num País onde ser jovem é "perigoso", porque os lugares de decisão devem sempre pertencer aos mesmos, e, quando por acaso lá chegamos e desempenhamos um cargo com competência, muitas vezes não é considerado talento, mas "sorte", e qualidade porque trazem em si toda a ambição, toda a força e competência característica de um jovem que quer servir o seu País com qualidade. ----

------ Qualidade também porque embora a idade não signifique competência, significa experiencia e o Francisco teve a capacidade de se unir a uma equipa com experiencia que em conjunto, farão um excelente trabalho pelo Partido e pelo País. ----------

---- Somos um Partido que tem que ter a capacidade de renovar tendo sempre bem presente que os lugares não pertencem às pessoas, as pessoas é que pertencem aos lugares. ----------

------ E uma vez que falo das mudanças Político-partidárias, deixar também uma palavra de reconhecimento e orgulho, enquanto Riomaiorense, pela eleição da nossa Deputada Isaura Morais para Vice-Presidente do Partido Social Democrata (PSD). ----------

------ Por fim deixar uma nota muito positiva para a noticia que se encontra on-line na pagina do "País ao Minuto" da Agência Lusa publicada no dia treze do presente mês, onde Rio Maior á apresentada como uma das cidades com maior crescimento, cerca de vinte cinco por cento no que respeita à reciclagem na área coberta pelo sistema da Valorsul. Há três anos aumentamos a reciclagem por habitante, não só, naturalmente, aproveitando a tendência no que respeita ao Ambiente, mas acredito também no trabalho que a Autarquia tem feito ao nível da sensibilização e ao nível da introdução dos ECO_PONTOS, nas Tasquinhas, recolhendo-se cerca de uma tonelada de resíduos diferenciados, e também considero de maior importância, a aderência das Empresas por fazer a recolha seletiva connosco". ----------

------ Terminou respondendo à questão colocada pela Vereadora Vera Simões, dizendo que o Executivo tinha conhecimento da abertura do programa e no passado já houve algumas Associações que se candidataram com o apoio da Câmara Municipal. ----------

------ Disse que o Técnico responsável pelo setor do Desporto, também já fez um levantamento exaustivo a nível de todo o Concelho para averiguar as necessidades, e, no momento, estão a reunir todos os documentos para submeterem candidaturas. ------

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que pese embora o (PRID), possa ser uma boa ajuda para as Associações, no entanto exigirá uma grande disponibilidade financeira, porque o investimento máximo é de cinquenta mil euros e o financiamento máximo será

de cinquenta por cento, sendo esta uma boa medida, não está ao alcance de Associações que não tenham esta capacidade financeira. O Município tem um papel importante no acompanhamento e apoio a estas necessidades de intervenção, no entanto não tem capacidade financeira para apoiar todas as Associações. ----------

------ Relativamente às sugestões do Vereador Daniel Pinto, disse que iria estar presente, a titulo pessoal, com viatura própria, na "Marcha Lenta do IC2, dizendo também que a Câmara Municipal tem um "papel" importante na pressão e negociação com as Entidades, no entanto não deve empregar meios seus em manifestações. ------

------ Disse ainda que a Câmara Municipal pretende ter uma boa relação com as Instituições, no sentido de acelerar este processo, e acrescentou que, semanalmente, tem falado com o Eng. Vítor Sequeira, Diretor Regional das Infraestruturas de Portugal, referindo que brevemente, serão conhecidas boas noticias quanto ao IC2. ----------

------ Sobre o Rotary Club de Rio Maior, disse que se associava às palavras do Vereador Daniel Pinto e que a Câmara Municipal também tinha estado presente representada pela Vereadora Leonor Fragoso na sessão de homenagem a João Narciso e à Empresa Panpor, que assume, no tecido empresarial de Rio Maior, a liderança, quer no volume de faturação, quer nos postos de trabalho que gera. ----------

------ Respondeu às questões da Vereadora Filomena Figueiredo, relativamente à qualidade de água do rio Maior, informando que foi feito um levantamento exaustivo no sentido de fazer o levantamento de todas as situações que possam ser menos claras e, que, eventualmente estejam a ser descarregadas na linha de água principal do rio Maior. Ainda sobre esta matéria informou também que foram feitas comunicações a alguns privados e algumas Empresas e que esses processos estão a decorrer no Gabinete Jurídico do Município. ----------

------ Ainda no uso da palavra disse que existe um acordo com a Empresa "Industrias de Carnes Nobre", para conduzir o seu efluente por forma a que não seja feito junto à "Zona Ribeirinha". ----------

------ Relativamente à aquisição dos terrenos da "Zona Ribeirinha", disse que a única situação que se encontrava por resolver era o terreno onde está implantado um stand de automóveis, que já se encontra em fase de expropriação. ----------

------ VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO ----------

------ Interveio questionando o Executivo, sobre as confrontações dos terrenos da "Zona Ribeirinha" dizendo que se recordava de ter vindo a reunião de Câmara um "Ponto" de reformulação/ratificação relativamente ao terreno onde está implantado um stand de automóveis, referindo que o citado terreno confrontava com terrenos pertença do Arq. Rolo Tavares. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Interveio para esclarecer que na adquisição do terreno ao Senhor Rolo Tavares se verificou haver erro na Caderneta Predial relativamente às confrontações, no entanto esta situação já foi corrigida e já foram feitas as escrituras. Apenas ficara por resolver a questão do terreno onde está implantado o referido stand de automóveis, situação esta onde já se avançou com a expropriação dos terrenos, situação esta que decorreu com muita tranquilidade e o Stand irá abandonar o local dentro de poucos dias, significando que as obras da "Zona Ribeirinha", irão avançar com a garantia de que todos os terrenos se encontram regularizados. ----------

------ Ainda no uso da palavra e respondendo à questão das obras nas duas Creches, deu conhecimento que foi a mesma empresa que ganhou o concurso para a sua execução, no entanto houve atrasos graves na execução das obras, e por esse motivo, a Câmara Municipal, reuniu com os serviços e com a Empresa, tendo esta assumido que iria abandonar a obra para permitir uma nova abertura de concurso para a Creche de Malaqueijo e apenas iria continuar com a obra da creche da Cainça. Referiu que fora uma negociação difícil, no entanto, o resultado foi positivo e está a ser ultimado o novo processo de abertura de concurso. ----------

------ Informou também que a Câmara Municipal reuniu com a Associação que faz a gestão da creche de Malaqueijo "Malaqueijo Solidário ", para delinear a melhor forma de poder apoiar e compensar a Associação, a fim de minimizar estes problemas, que, de certa forma, não foram causados diretamente pela Câmara Municipal. ----------

----- Ainda no uso da palavra e relativamente ao equipamento da sala da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento (UAARE) na Escola Secundária de Rio Maior, disse existir dúvidas sobre a quem competia equipar a sala, considerando que se aguardava a publicação de uma Portaria para definir esta situação, e que ainda não foi publicada. No entanto, a Câmara Municipal já avançou com a compra do equipamento a fim de permitir que a unidade tenha condições para trabalhar. ----------

------ Terminou a sua intervenção referindo-se à eleição de Isaura Morais para Vice-Presidente do Partido Social Democrata (PSD), dizendo que era uma mais valia para o Concelho de Rio Maior. Acrescentou que era importante ter no topo da organização Partidária e na organização Democrática Portuguesa, e a quem, pela primeira vez, foi dado destaque a nível partidário e a nível da Politica Nacional, alguém que muito fez pelo concelho de Rio Maior. Concluiu parabenizando Isaura Morais, dizendo que era um orgulho muito grande para Rio Maior e desejou-lhe muitas felicidades. ----------

---------- ORDEM DO DIA ----------

----- PONTO I - DESPACHO N.º 11/2020 - A CONSULTA ÀS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO PARA UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 250.000,00€,

DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO ALT20-04-2316-FEDER-000071 - REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA. ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é **ratificar** o despacho n.º 11/2020, exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, no dia 03 de fevereiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou proceder à consulta, a pelo menos três instituições de crédito, para a apresentação das condições para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo destinado ao financiamento da Operação ALT20-04-2316-FEDER-000071 - Requalificação da Frente Ribeirinha. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO I - DESPACHO N.º 16/2020- SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO PARA ALIENAÇÃO DE PARTE DA QUOTA DO MUNICÍPIO NA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA., EM. –

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é **ratificar** o despacho acima referido, pelo qual, com os fundamentos mencionados no mesmo, se determinou a suspensão do procedimento para “Alienação de parte da participação social detida pelo Município de Rio Maior na Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM., por prazo indeterminado. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES ----------

------ Interveio questionando o Executivo se havia alguma previsão de tempo para a suspensão do procedimento para alienação de parte da quota do Município na Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM. Sobre as questões da titularidade do imóvel, perguntou qual o ponto de situação e, ainda, se durante a suspensão do procedimento, seria a Câmara Municipal a assumir a gestão da Escola Profissional e se existia algum plano para cumprir objetivos. ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Interveio dizendo que este ponto suscitava alguma reflexão e iria apresentar alguns argumentos e considerações que, julgava importantes, dizendo, nomeadamente que se chegou a um ponto em que a Câmara Municipal entendera que a Escola Profissional de Rio Maior, estava numa situação de rutura, estratégica, operacional e financeira e, por isso, era necessário tomar decisões. Referiu ainda que lhes tinha sido apresentada informação nestes moldes, informação qualitativa e quantitativa, do ponto de vista do relatório de Gestão Financeira, e, portanto, a Câmara Municipal despoletou um processo

para que, num conjunto de caminhos possíveis, fosse tomada a opção da alienação/venda da participação da Câmara Municipal na Escola Profissional. Assim foi convocada uma reunião Extraordinária de Assembleia Municipal para reflexão e análise desta matéria, no entanto, gerou-se uma onda de apreensão, ansiedade e angustia na opinião pública sobre o futuro da Escola Profissional de Rio Maior, opinando que toda essa angustia e incerteza se mantém, considerando a proposta de suspensão por tempo indeterminado da Alienação de parte da quota do Município na Escola Profissional de Rio Maior. ----------

------ Questionou o Executivo, dizendo que a proposta apresenta um conjunto de razões vagas e ambíguas, não se verificando nenhuma concretização com matéria de facto, sobre as razões que motivaram esta suspensão e mostrou-se também surpreendido, dizendo que, inicialmente havia uma certeza inabalável sobre as opções a tomar, no entanto agora era apresentado um conjunto de incertezas relativamente ao futuro e por tempo indeterminado. ----------

------ Disse ainda que acreditava que a situação financeira da Escola Profissional tem o grave problema da não comparticipação Nacional dos quinze por cento, situação esta que irá ser mantida a menos que sejam alteradas as regras e a composição da estrutura societária que gere a Escola Profissional. Opinou que, para salvaguarda da Câmara Municipal e para esclarecimento da opinião Pública, deverá ser comunicado de forma clara, qual vai ser a estratégia para o futuro da Escola, tendo em conta que está a ser preparado o próximo ano letivo e os jovens que pretendem ingressar neste ensino Profissional, assim como os encarregados de Educação têm de estar devidamente esclarecidos sobre o futuro da Escola. ----------

------ Sobre a gestão da Escola Profissional, referiu que existe um conjunto de opções que não foram tomadas, no entanto ainda poderá haver essa possibilidade no futuro. Referiu também que não existe em Rio Maior nenhuma organização a desenvolver Formação Profissional, opinando que a Escola Profissional e a Associação Empresarial estão a falhar porque deveriam estar a trabalhar esta oferta, considerando ser este um caminho fulcral para a estratégia e sustentabilidade da Escola Profissional no futuro, assim como o eixo da internacionalização que nunca foi desenvolvido, sabendo que outras escolas desenvolvem esta área. ----------

------ Ainda sobre esta matéria referiu que estão em falta um conjunto de informações para o futuro da Escola Profissional de Rio Maior, questionando mais uma vez o Executivo sobre todo este processo porque gostaria de perceber melhor as razões que motivaram esta suspensão e qual a estratégia para o futuro, considerando que a Câmara Municipal continua a ter uma posição maioritária, tem uma palavra decisiva na gestão e no futuro da Escola. ----------

------ Terminou a intervenção manifestando-se muito preocupado e apreensivo com o futuro da Escola Profissional e acrescentou que a Câmara Municipal deveria fazer aquilo que não fez nos últimos anos, ou seja, tomar uma posição de liderança estratégica na negociação com a Escola Secundária, com a Escola Profissional e com a Associação Empresarial de Rio Maior para captação de alunos de outros concelhos e, tendo em conta o investimento feito pela Câmara Municipal na Zona Antiga da Cidade, com a aquisição de imoveis para converter em residências para estudantes, e que também contemplava os alunos da Escola Profissional de Rio Maior. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Interveio para fazer um enquadramento geral e responder às questões colocadas, dizendo que para o Executivo, mais do que o futuro administrativo da Escola Profissional, o caminho a seguir é uma grande preocupação, quer para os alunos presentes e futuros, quer para os encarregados de educação. ----------

------ Começou por dizer que em todo este processo a Escola é a principal afetada, daí o Executivo tentou tonar este processo o mais célere possível e com menos repercussões para o saudável ambiente escolar. ----------

------ Explicou que o caminho que foi definido tinha como objetivo a alteração da estrutura societária que permitisse que a Escola fosse financeiramente viabilizada, salientando que esse crer e essa vontade se mantém. ----------

------ Relativamente ao Despacho de Suspensão, disse que o Executivo tinha sido surpreendido com uma reunião de Assembleia Extraordinária da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, no dia cinco de fevereiro, às vinte e uma horas, sem qualquer tipo de aviso prévio aos associados. Nessa reunião foi deliberado revogar a decisão tomada no dia três de dezembro de dois mil e dezanove, onde se aceitou a doação do imóvel, para que o procedimento pudesse ser realizado, tal como a Câmara Municipal tinha previsto, nomeadamente proteger o imóvel e retirá-lo da Empresa, para, posteriormente, poder ser concretizada a venda da "cota pertencente à Câmara Municipal", sem incluir o imóvel, ou seja, as Assembleias dos respetivos sócios teriam de deliberar favoravelmente a aceitação das suas cotas partes do imóvel e este ficaria em compropriedade com a Câmara Municipal e as Associações, sendo neste sentido que deliberaram todas as Assembleias e foi com base nestas deliberações que a Câmara Municipal encetou o procedimento de venda. ----------

------ Disse ainda que as duas Associações informaram a Câmara que pretendem ficar com as suas "cotas partes" do imóvel viabilizando o concurso, assumindo assim uma responsabilidade pré-contratual, e nesta base, a Câmara deu início ao procedimento, com a receção de propostas, considerando que o prazo iria terminar no dia dez de fevereiro, no entanto, a Associação Empresarial sem nenhum aviso prévio a qualquer

um dos sócios, marcou para o dia cinco de fevereiro uma Assembleia Geral com os seus associados com se seguintes pontos: ----------
Ponto I – Revogar deliberação da aceitação de doação de parte do imóvel da EPRM, aprovada em Assembleia e três de dezembro. ----------
Ponto II – Participação da Associação no concurso Público da Alienação da participação Social da Escola Profissional por parte do Município de Rio Maior. ----------
------- Continuou, dizendo, que, relativamente ao ponto I, a Associação "dá o dito por não dito", revogando a aceitação da sua parte do imóvel "ofende", a base do concurso que a Câmara Municipal a pedido dos Associados, porque esta conversação foi debatida a "três", frisando mais uma vez que foi a "pedido" das Associações, confirmado em atas de Assembleia da Escola assinadas pelo representante da Associação Empresarial e foi também a pedido das Associações que ficou definido no Caderno de Encargos que o putativo comprador da Escola, ficasse obrigado a manifestar o interesse irrevogável de comprar as cotas das Associações pelo mesmo valor das cotas da Câmara Municipal. ----------
------ Ainda sobre o presente assunto disse que só é possível trabalhar quando existe seriedade e transparência, sendo que esta atitude da Associação Empresarial contradiz tudo aquilo que os seus Órgãos Diretivos e a sua Assembleia manifestaram junto da Câmara, revogando a decisão de aceitar o imóvel, o que na sua opinião, foi um subterfúgio, para de alguma forma, complicar e dificultar o concurso. ----------
------ Contudo, e tendo conhecimento desta situação através de um dos sócios, considerando que a Associação Empresarial não teve o cuidado de informar a Câmara Municipal nem a Associação de Produtores Agrícolas acerca deste assunto, a Câmara convocou uma reunião com alguns elementos da referida Associação, nomeadamente, o presidente da Assembleia, a fim de esclarecer a veracidade dos factos, e questionando também qual tinha sido o sentido de voto das deliberações propostas.----
------ De referir que a Associação confirmou ter havido a referida Assembleia e que os pontos tinham sido aprovados por maioria. ----------
------ Adiantou que após a confirmação deste facto, o Executivo reuniu com o Departamento Jurídico e com o Presidente da Assembleia Municipal, para saber qual o procedimento a seguir, e a recomendação foi no sentido de suspender o Procedimento por tempo indeterminado, e até se encontrar a melhor solução que poderá ser a continuidade do procedimento ou o seu cancelamento. ----------

------ Informou também que foi solicitado ao Diretor da Escola Profissional que promovesse uma reunião com todos os colaboradores a fim de informar os mesmos sobre o ponto de situação atual deste procedimento, e que, enquanto esta situação não

for resolvida, a Câmara Municipal assumirá na sua parte de responsabilidade todo o bom funcionamento do Estabelecimento de Ensino, acrescentando que é responsabilidade da Câmara Municipal assegurar os postos de trabalho e a qualidade de ensino que é ali ministrado, garantindo também a preparação do próximo ano letivo. ------ Terminou dizendo este investimento ira ser bastante oneroso para o município, dependendo sempre de tempo que demorar a ser resolvido e que a Câmara Municipal irá recusar que lhe sejam importados esses investimentos, porque houve, na sua opinião um comportamento menos digno que "feriu" um procedimento que já estava delineado para o sucesso da escola. ----------

------ Salientou que a certeza que o Executivo tinha na reunião da Assembleia Municipal se mantem e credita que é este o caminho para a viabilização da Escola, porque, caso até dois mil e vinte e três não surgir outra solução a Escola terá de encerrar por não ser financeiramente viável, no entanto a Câmara Municipal tudo fará para o evitar. ----------

------ Continuou dizendo que a Associação Empresarial colocou em risco dezenas de postos de trabalho e a viabilidade da Escola Profissional, situação que o Executivo repudia a cem por cento. ----------

------ Acrescentou ainda que não tendo sido a Câmara Municipal a provocar esta dificuldade, acredita que será a Câmara Municipal a resolvê-la. Disse que, enquanto for Presidente da Câmara, as responsabilidades terão de ser resolvidas, e se houver necessidade de cobertura de prejuízos por forma a viabilizar a continuidade de ensino da Escola Profissional, a Câmara Municipal fará a cobertura dos oitenta por cento dos prejuízos referente à sua cota, mas as Associações também terão de aplicar os dez por cento que lhes dizem respeito. ----------

------ VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO ----------

------ Interveio, dizendo que compreendia que esta era uma decisão difícil para a Câmara Municipal e que na altura tinha manifestado a sua intenção de voto com declaração de voto. Disse que compreendia também que a Câmara Municipal tenha ficado surpreendida com a decisão tomada na ultima Assembleia Extraordinária da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, referindo que continuava sem perceber o que levou à suspensão do Concurso e que, na sua opinião, lhe parecia estar em causa a cláusula relativa à propriedade do imóvel, porque no Caderno de Encargos a Câmara Municipal é detentora do património a cem por cento. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Interveio para informar que a pedido das Associações, o Departamento Jurídico "desenhou" um Caderno de Encargos que permitisse que todo o edificado ficasse na posse do município por alienação dos dez por cento do imóvel de cada uma das

Associações, para que, quando se concretizasse a venda da Escola, o imóvel já fosse cem por cento propriedade do município. No entanto esta quebra de compromisso já assumido "fere" esta premissa orquestrada, combinada e delineada com a Direção e a Assembleia das Associações. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, subscrita pela **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões**. ----------

------ Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto,** que se transcreve na íntegra: ----------

------ "Votei favoravelmente este Despacho no pressuposto e na esperança de que a Escola Profissional possa ter, no imediato, um rumo muito claro quanto à sua estratégia de desenvolvimento e que a Câmara Municipal possa encontrar o melhor caminho de liderança e de afirmação da Escola Profissional de Rio Maior". ----------

------ PONTO II - FUNDO DE MANEIO – BIBLIOTECA – ANO 2020. ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do Capítulo III, Secção III da Norma de Controlo Interno, autorizar a concessão de um fundo de maneio para o Serviço de Biblioteca e Património Imaterial, a fim de ocorrer a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, no valor de € 135,00, (cento e trinta e cinco euros), sendo o titular, David Ferreira, Técnico Superior, substituído nas suas faltas e impedimentos pela Técnica Superior, Isabel Casal. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

------ PONTO III – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1ºCICLO /MATERIAL ESCOLAR-VISITAS DE ESTUDO/ANO LETIVO 2019-2020. ----------

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações emitidas, autorizar a transferência de verba no valor de 2.416,20 €, para os agrupamentos de escolas, referentes a auxílios económicos ao 1ºciclo - material escolar /visitas de estudo, sendo que o valor para o Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal é de 1.087,00 €, e para o Agrupamento Fernando Casimiro é de 1.329,20 €. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

------- PONTO IV – DONATIVO EM ESPÉCIE - LUSICAL ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar os donativos em espécie da Empresa Lusical – Companhia Lusitana de Cal, S.A., para o ano de 2020. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------- PONTO V – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – REFERENTE A FATURA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA ----------

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar o pagamento relativo ao processamento do mês de novembro/2019, da faturação de água, no valor de 213,19 €, em 8 prestações mensais, nos termos e fundamentos apresentados.----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO VI – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – REFERENTE A FATURA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ----------

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar o pagamento relativo ao processamento do mês de dezembro/2019, da faturação de água, no valor de 212,74 €, em 6 prestações mensais, nos termos e fundamentos apresentados. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

------- PONTO VII - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA (BTL) – 2020. ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, autorizar a participação do Município em espaço conjunto com outros Municípios, na BTL 2020 apoiando para tal a ERTAR (apoio a entidades e organismos legalmente constituídos) no valor total de 1.514.02€, inerente a despesas com o custo do terrado, de conceção montagem e montagem de stand, tal como parqueamento de viatura.----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- **PONTO VIII - APOIO AO ASSOCIATIVISMO RIOMAIORENSE - TRANSPORTES** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar a proposta de valores/km máximos de utilização das viaturas municipais, com a possibilidade de recursos a aluguer, caso se justifique e dentro dos valores máximos definidos para as Associações/Coletividades/ Clubes do Concelho a conceder no ano de 2020, bem como isentar as Associações/Clubes de acordo com o n.º 3.1. do Art.º 60 do regulamento de Apoio ao Associativismo Riomaiorense, dos custos da alínea b) a d). ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------- **PONTO IX - NOMEAÇÃO DA NOVA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INVENTÁRIO E CADASTRO** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o teor da informação imitida nomear, para integrar a referida comissão, os seguintes elementos:

------ **Presidente da Comissão:** Maria Clara Nota Ramalho Esperto – Chefe da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística;----------

------ **Vogais efetivos:** Ricardo Nuno Bento Rosário, Chefe da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas; Henrique Manuel Morais Granada – Chefe da Unidade Jurídica e Contratação Pública; Anabela Cardoso dos Santos Leal - Técnica Superior de Economia e Gestão; Ana Margarida Braz Caramelo – Técnica Superior de Administração Autárquica. ----------

------ **Vogais suplentes:** Francisco Manuel Rodrigues Silvestre – Fiscal Municipal – Especialista Principal; Armando Manuel Santos Cruz – Assistente Técnico. ----------

------ Em qualquer falta ou impedimento o Presidente da Comissão poderá ser substituído pelo Chefe de Unidade Ricardo Nuno Bento do Rosário. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- **PONTO X - ADENDA AO CONTRATO N.º 18/2019 CELEBRADO ENTRE A CIMLT E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR DOMÍNIO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a minuta da Adenda ao Contrato no Âmbito do Setor Público N.º 18/2019 – Contrato de Cooperação nos domínios da segurança e da proteção civil celebrado entre a CIMLT e os Municípios.----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------- PONTO XI - EMPREITADA: CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE LOTES N.ºS 2, 3, 6 E 8 – PROCESSO Nº 43/2013/CP LIBERAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS/CAUÇÃO. ----------

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a liberação das garantias bancárias a seguir identificadas: ----------

----- Lote 2 (Beneficiação de Ligação CM 1307 – EM 510, Ligação de Ribeira de Santo André – Anteporta): garantia bancária n.º 00125-02-1898154, datada de 17 de janeiro de 2014, emitida pelo Millennium BCP, no montante de € 7.085,15 e garantia bancária n.º 962300488014647, datada de 02 de setembro de 2014, emitida pelo Banco Santander Totta, no montante de € 7.004,65. ----------

------ Lote 3 (Beneficiação de Ligação EM 508, Porto Sapato – Vale de Óbidos): garantia bancária n.º 00125-02-1898127, datada de 17 de janeiro de 2014, emitida pelo Millennium BCP, no valor de € 4.478,85 e garantia bancária n.º 962300488014649, datada de 02 de setembro de 2014, emitida pelo Banco Santander Totta, no valor de € 4.439,01. ----------

------ Lote 6 (Beneficiação da EM 583, Aplicação de Microaglomerados, Ligação Via-Vai/Arruda dos Pisões): garantia bancária n.º 00125-02-1898136, datada de 17 de janeiro de 2014, emitida pelo Millennium BCP, no valor de € 5.429,36 e garantia bancária n.º 962300488014650, datada de 02 de setembro de 2014, emitida pelo Banco Santander Totta, no valor de € 5.393,88. ----------

------ Lote 8 (Beneficiação da EM 510 – Ligação Anteporta – Arrouquelas – Assentiz): garantia bancária n.º 00125-02-1898118, datada de 17 de janeiro de 2014, emitida pelo Millennium BCP, no valor de € 5.541,92 e garantia bancária n.º 962300488014648, datada de 02 de setembro de 2014, emitida pelo Banco Santander Totta, no valor de € 5.251,32. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------ PONTO XII - EMPREITADA: "CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE

RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE - LOTE 4 – BENEFICIAÇÃO CM 1305 – LIGAÇÃO CASAIS SILVAS – LIMITE DO CONCELHO". LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA / CAUÇÃO. ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a liberação da Garantia Bancária n.º 00390652, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A. (atual Novo Banco, S.A.), datada de 21/01/2014, no valor de € 1.094,24 (restantes 10% do valor da garantia bancária), prestada pela empresa " Tecnovia – Sociedade de Empreitas, S.A.", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto e nos termos da presente informação e respetivos despachos. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------- PONTO XIII - ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A PRÁTICA DE ARBORISMO E PARQUE DE "STREET WORKOUT" E APROVAÇÃO DE PROTOCOLO----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando a proposta de doação e a informação emitida, e ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação de um equipamento para a prática de arborismo e Parque de Street Workout, nos termos em que é proposto pela empresa Regulsucesso, S.A.; ----------

------ Aprovar a minuta de protocolo em anexo, a celebrar com a referida empresa. ------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Interveio questionando o Executivo sobre um projeto vencedor relativamente ao Orçamento Jovem Participativo, para a instalação de um Parque de Arborismo, questionou se este assunto está relacionado e se a localização se mantém, bem como se os equipamentos que estão propostos para doação ao Município irão ser instalados no Jardim Municipal ou se existe outra localização definida . ----------

------ Ainda e considerando que este assunto também está relacionado com a instalação de um estabelecimento de gastronomia Típica Americana, no Município de Rio Maior, questionou o Executivo sobre o local onde irá ser instalado o referido estabelecimento.

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Informou que o estabelecimento de gastronomia Típica Americana "Burger king" irá ser instalado nos antigos armazéns da Nível Flor. Neste âmbito a Câmara Municipal também viabilizou a construção destes equipamentos que tal como estão projetados não trarão custos adicionais para o Município. A nova localização será junto ao complexo das Piscinas Municipais, na direção do Rio até aos Campos de Ténis, onde

se prevê a criação de um complexo único, englobando o Parque de "Street Workout" e o Parque de Arborismo, projeto este muito interessante e que contempla travessias sobre o rio. ----------

------ MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS ----------

----- Interveio referindo que todo este assunto foi debatido, com a empresa que elaborou o projeto para a construção do Parque de Arborismo, nomeadamente, a mudança do espaço, referindo também que todos os prossupostos do Orçamento Jovem Participativo foram mantidos. ----------

------- PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Interveio salientando que para a instalação e escolha de equipamentos houve toda a colaboração dos técnicos da Desmor. ----------

------ VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO ----------

------ Interveio questionando o Executivo sobre a localização deste Parque opinando que seria bom fazer uma distribuição mais equitativa pela Cidade com alguns equipamentos, para não concentrar todo o desporto na mesma área, e tendo em conta que já foram iniciadas as obras na Zona Ribeirinha e que para esta zona também estavam previstos alguns equipamentos desportivos, sugeriu que seria interessante introduzir também naquele local estes equipamentos, atraindo assim a população para a prática desportiva naquela zona.----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Interveio para informar que o Parque Infantil instalado no Jardim Municipal, também vai ser requalificado e irá estar fechado à utilização do público durante algum tempo. Disse que também estava previsto colocar fora do Parque outros equipamentos, nomeadamente, uma pirâmide de cordas para tornar aquele espaço mais versátil e intergeracional. ----------

------ Quanto à Zona Ribeirinha disse que neste momento o projeto não poderá sofrer alterações, porque existem fundos comunitários e está aprovado com determinadas características, no entanto, também está previsto a instalação de um Parque Infantil. --

------ Continuou justificado a localização do Parque, considerando que, especialmente o Parque de Arborismo, é uma estrutura que necessita de técnicos e de monitores, não sendo de uso livre, por conseguinte, ficará localizado junto às estruturas de apoio existentes e em funcionamento, nomeadamente os balneários e a secretaria das Piscinas Municipais. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------- PONTO XIV - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR – JUNTA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando os fundamentos do pedido e as informações emitidas. Ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que aprove a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Rio Maior, no montante de 15 000 euros, destinado à aquisição de um trator. ----------

----------INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- PONTO XV - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA O ANO 2020----

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª dos contratos interadministrativos, e do n.º 3 da cláusula 3.ª dos acordos de execução, e em consonância com a deliberação da Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2018, autorizar a atualização do mapa financeiro, referente à transferência dos recursos financeiros, no valor total de € 756 440,71 (setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta euros e setenta e um cêntimos), conforme mapa em anexo, destinados à execução dos contratos interadministrativos | acordos de execução, celebrados com as respetivas freguesias do concelho de Rio Maior, no âmbito da execução de delegação de competências para o ano de 2020 ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com declaração de voto do **Presidente da Câmara.** ----------

------ Declaração de Voto do Presidente da Câmara, que se transcreve na íntegra: ---

------ "Esta é a maior transferência, desde que existe democracia em Portugal, que o Concelho de Rio Maior faz nas suas freguesias. É para mim, pessoalmente, e para todo o Executivo, um orgulho muito grande e que efetivamente as Freguesias sejam consideradas parceiros indispensáveis deste Município. Desejar-lhes um bom trabalho e que este esforço do Município possa ser acompanhado com as freguesias por forma a que as populações tenham um melhor serviço prestado por estas Entidades". ---------

------ PONTO XVI - ADESÃO À LINHA BEI – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 250.000,00€, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO ALT20-04-2316-FEDER-000071 - REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do relatório de análise, aprovar a adesão à "Linha BEI PT2020 – Autarquias" destinada ao financiamento da contrapartida nacional da Operação ALT20-04-2316-FEDER-000071 - Requalificação da Frente Ribeirinha. ----------

------ Deliberou ainda aprovar as consequentes condições do financiamento, nos seguintes termos: ----------

------- Empréstimo de médio e longo prazo destinado ao financiamento da contrapartida nacional da Operação ALT20-04-2316-FEDER-000071 - Requalificação da Frente Ribeirinha, até ao montante de 250.000,00€; ----------

------ Prazo de 15 anos; ----------

------ Taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um "spread" de 0,277%, caso a taxa resultante assuma um valor negativo será fixada uma taxa de 0% (floor zero); ----------

------ Período de utilização e diferimento de 2 anos; ----------

------ Pagamento de juros e reembolso de capital em prestações semestrais e postecipadas; ----------

------ Sem aplicação de comissões ou encargos. ----------

------ Mais deliberou que, nos termos definidos nos art.º 49.º e 50.º, da RFALEI, a presente proposta de contratação seja submetida, pela Câmara, à Assembleia Municipal, o Órgão competente para a sua autorização ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- PONTO XVII - RECRUTAMENTO - UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO - 1 TÉCNICO SUPERIOR ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto –Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar a utilização de reserva de recrutamento interna resultante de procedimento concursal comum, nos termos e fundamentos constantes na Informação em referência, conforme previsto nos n.º s 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de janeiro, para o preenchimento de um posto de trabalho constante no mapa de pessoal – 1 Técnico Superior – Licenciatura em Engenharia Civil - Unidade Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas (UOPEI). ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- PONTO XVIII - 35ª – EDIÇÃO DA FEIRA – TASQUINHAS 2020 - PATROCÍNIOS ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, e ao abrigo da alínea j), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar os valores concedidos pelas empresas que manifestaram intenção de patrocinar a 35.ª Edição da Feira de Gastronomia, Artesanato e Doçaria | Tasquinhas 2020, de acordo com o mapa constante na informação em apreço, no valor total de € 29 597,50, (vinte e nove mil, quinhentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos).----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- PONTO XIX - 35ª – EDIÇÃO DA FEIRA – TASQUINHAS 2020 – REGRAS DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, aprovar as Regras de atribuição de Prémios “Melhor Prato” | “Melhor Tasquinha”, no âmbito da realização da 35.ª Edição da Feira de Gastronomia, Artesanato e Doçaria | Tasquinhas 2020, as quais constituem o anexo I à presente deliberação.----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Interveio questionando o Executivo, sobre a razão da redução de participação das Associações nas Tasquinhas 2020, acrescentando que são apenas catorze e em anos anteriores chegaram a participar cerca de vinte e quatro. Questionou ainda se esta era a lista definitiva ou se ainda iriam haver mais participantes. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Interveio para responder à questão colocada pelo Vereador Daniel Pinto, dizendo que este tema tem sido alvo de debate entre as várias Entidades que organizam as Tasquinhas. Referiu que este era um ano “sui generis”, na questão da diminuição da aceitação do desafio das Associações fazerem as Tasquinhas, e de facto não tinha memória de um certame com tão poucas Associações disponíveis para poderem participar. É um fenómeno que não se compreende, até porque para incentivar as referidas Associações foram preparadas diversas soluções, inclusivamente algumas Freguesias propuseram às suas Associações subsídios de participação e a montagem da Tasquinha. Opinou que o movimento associativo está em crise, de uma forma geral,

e por conseguinte, deverá ser equacionado os moldes da feira das "Tasquinhas, por forma a conseguir ter todas as freguesias representadas. ----------

------ No entanto e não havendo disponibilidade do movimento associativo para preencher os espaços, e contrariando tudo o que o Executivo sempre defendeu para este evento, foi equacionada a ocupação do espaço por restaurantes certificados. ------

------ Perante este cenário as Associações que decidiram participar, comprometeram-se em assegurar o evento e garantir o mesmo serviço e a mesma experiencia ao visitante com mais lugares por Associação, porque este evento é de Rio Maior e das suas Associações. ----------

------ Terminou a intervenção, referindo que se deverá começar a pensar nos moldes das "Tasquinhas", considerando que é um evento com a duração de dez dias seguidos o que causa um esforço brutal aos voluntários que ali estão durante estes dias. Sugeriu que se deveria discutir esta questão abrindo o tema à opinião pública. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------- PONTO XX - PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO – QUINTA DE S. PAIO – CIDRAL - RIO MAIOR – PROÇº Nº 7/2020 ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, certificar que a dominialidade pública dos caminhos identificados nas peças anexas ao pedido com as cores rosa e amarelo, sendo que o primeiro é um caminho público na categoria de caminho municipal, denominado como Caminho Municipal 1300 (CM1300), e o segundo, um caminho público na categoria de caminho vicinal. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

---------- ENCERRAMENTO ----------

------ Quando eram onze horas e quarenta minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.----------

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____